



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CAMPUS AGRESTE  
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE  
CURSO DE PEDAGOGIA

JEFFERSON WILLIAM LIMA SOARES

**DOCÊNCIA MASCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:** um levantamento dos saberes  
poderes nas produções sobre a profissionalidade docente

Caruaru  
2025

JEFFERSON WILLIAM LIMA SOARES

**DOCÊNCIA MASCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:** um levantamento dos saberes  
poderes nas produções sobre a profissionalidade docente

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Coordenação do Curso de  
Pedagogia do Campus Agreste da Universidade  
Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade  
de artigo científico, como requisito parcial para  
a obtenção do grau de bacharel/licenciado em  
Pedagogia.

**Orientador (a):** Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda

Caruaru  
2025

Jefferson William Lima Soares<sup>1</sup>

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo tem como objetivo compreender os sentidos que são enunciados nas produções acadêmicas do EPEN (2018-2024) e da ANPED (2019-2023) como regimes de verdades sobre homens professores na Educação Infantil e sua profissionalidade. A presente pesquisa foi de natureza pós-qualitativa e bibliográfica de quatro artigos científicos através de produções acadêmicas entre 2018 e 2024 nos anais da ANPEd e do EPEN. Os resultados mostraram que a profissionalidade docente masculina é colocada em prova, exigindo prova de sua idoneidade, competência em meios às relações de saberes-poderes e seus regimes de verdade. Assim, os discursos das pesquisas em foco condensam sentidos de que o cuidado e o ensino na Educação Infantil não é exclusividade das mulheres professoras. Essa etapa da Educação Básica, nos discursos dos estudos problematizados, precisam ser um exercício de profissionalidade docente para os gêneros femininos e masculinos.

**Palavras-chave:** Docência Masculina. Educação Infantil. Análise do Discurso. Gênero.

## 1. INTRODUÇÃO

Historicamente, a presença de homens na Educação Infantil tem provocado inquietações e debates no campo educacional, principalmente quando relacionada às funções tradicionalmente associadas ao cuidado. De acordo com o Censo Escolar de 2023, disponíveis na plataforma *Oracle Analytics Interactive Dashboards*, sistema do governo federal que disponibiliza dados estatísticos sobre matrículas, escolas, docentes e um glossário informativo. Observa-se um cenário de forte predominância feminina na Educação Infantil em todas as esferas infantis. Ao aplicar filtros que cruzam o gênero do docente com sua área de atuação, os dados revelam que, em nível nacional, 96,32% dos docentes da Educação Infantil são mulheres, e apenas 3,68% são homens. No Nordeste, essa disparidade se amplia: 97,08% mulheres e

---

<sup>1</sup> Graduando de Pedagogia-Licenciatura do Núcleo de Formação Docente, Centro Acadêmico do Agreste, Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: jefferson.william@ufpe.br.

<sup>2</sup> Professor do Núcleo de Formação Docente e do PPGEDUC/UFPE. Líder do Grupo de Pesquisa: SEGS (Processos de Subjetivação, Educação, Gênero e Sexualidade). E-mail: marcelo.gmiranda@ufpe.br.

2,92% homens. No estado de Pernambuco, o número é ainda mais elevado, chegando a 97,98% de professoras, contra 2,02% de professores. Especificamente no município de Caruaru, o cenário se mantém: 97,32% dos docentes são mulheres (690), e apenas 2,68% são homens (19). Vale ressaltar que mesmo o percentual ser muito baixo na divisão de gênero no exercício da docência no campo da Educação Infantil, Caruaru tem um percentual ainda um pouco maior do que o percentual do estado de Pernambuco.

A partir desses dados, surgem algumas indagações: por que há tão poucos homens atuando na Educação Infantil? Que discursos sustentam essa escassez e quais sentidos são produzidos em torno da profissionalidade masculina nesse campo? A inserção do homem na Educação Infantil ainda é atravessada por estigmas e suspeitas que circulam no imaginário social condensando sentidos. Nesse contexto, questionamentos como: “qual o lugar do homem na Educação Infantil?” ou “um homem pode atuar nesse espaço?” enunciam em seus discursos regimes de verdade que sustentam uma divisão generificada do trabalho, especialmente no campo da docência na Educação Infantil. Destacamos que tais regimes de verdades interpelam os sujeitos para (re)produção de identidades e suas “escolhas” da docência e na carreira docente nesse segmento (Louro, 1997; Fischer, 2001; 2002; Miranda, 2011; Foucault, 2014).

Considerando o contexto anteriormente apresentado, meu interesse por essa temática nasce da vivência como estagiário de Pedagogia na Educação Infantil durante dois anos. Durante esse período, vivenciei situações que evidenciaram o impacto dos discursos sociais sobre a atuação de homens nesse espaço, isto é, como os regimes de verdades vinculados a uma ordem do discurso interpelam as subjetividades. Nessa interpelação, sublinho que a profissionalidade e a minha presença no campo da Educação Infantil também materializam resistências à interpelação como um não lugar para homens.

Em determinado momento, precisei realizar a higiene de uma criança do Pré II e, apesar de ter executado essa tarefa com responsabilidade e postura profissional, fui surpreendido pela reação negativa dos responsáveis ao saberem que o responsável pela ação era um professor homem. Esse acontecimento me levou à reflexão para além das práticas educativas, isto é, os discursos que permeiam a Educação Infantil e a masculinidade produzem sentidos que colocam em evidência a presença nesse ambiente. Assim, questões como “posso oferecer carinho?”, “é permitido abraçar?”, “devo evitar qualquer contato físico?” passaram a fazer parte do meu cotidiano, revelando como o cuidado, o afeto e a docência ainda estão atravessados por discursos de gênero normativos que os associam predominantemente ao feminino via uma performatividade que direciona as inteligibilidades (Louro, 2000; Butler, 2003; Miranda, 2011).

A docência quando exercida por homens na Educação Infantil é constantemente atravessada por regimes de verdade, colocando sob suspeita, a qual muitas vezes simbolicamente são interditas por discursos que reforçam as desconfianças em volta da presença masculina no cuidado com crianças (Louro, 1997; 2000; Miranda, 2011).

Essas relações de poder não são apenas experiências individuais, mas expressam um cenário mais amplo, pois o gênero e a sexualidade são constituídos por múltiplos discursos que regulam, normatizam e produzem verdades. A docência masculina também é atravessada por esse regime de verdade, sendo muitas vezes vetada simbolicamente por meio de discursos que reforçam desconfianças e suspeitas sobre o homem-professor na infância (Louro, 1997; 2000; Miranda, 2011)

Tais regimes de verdades podem ser concretizados, por exemplo, no Projeto de Lei (PL) nº 1174, de 2019, apresentado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo pela deputada Janaína Paschoal. A proposta determina que apenas profissionais do sexo feminino sejam responsáveis por cuidados íntimos de crianças na Educação Infantil, sob o argumento de prevenção e abusos sexuais. (SÃO PAULO, 2019)

De acordo com a análise de Bello, Zanette e Felipe (2020, p. 558), esse discurso sustenta a ideia de que a presença do homem na Educação Infantil representa um perigo, reforçando uma lógica de criminalização simbólica do homem nesse espaço e da hipersexualidade no engendramento do sujeito homem. Assim, constrói-se uma forma de inteligibilidade em que os regimes de verdade materializam uma ordem discursiva do homem como agressor, como pedófilo, como homossexual o que evidencia discursos androfóbicos e homofóbicos, criando barreiras simbólicas à atuação profissional masculina.

Ademais, mesmo quando inseridos nas instituições de Educação Infantil, os homens costumam ser relacionados a cargos administrativos, de liderança ou gestão. Esse direcionamento reforça uma performatividade de gênero que associa o cuidado infantil e o afeto ao feminino, enquanto ao masculino se atribuem as características como a racionalidade e o comando, limitando, portanto, sua atuação pedagógica direta com as crianças e contribuindo para a (re)produção das desigualdades de gênero. Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de examinar os discursos que operam na construção e manutenção das normas sociais que regulam a presença masculina na Educação Infantil. Compreender como esses enunciados são historicamente produzidos, atualizados e legitimados no âmbito acadêmico e social exige uma abordagem que vá além da superfície das palavras. Foucault *apud* Fischer (2001, p. 198):

[...] precisamos antes de tudo recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas — práticas bastantes comuns quando se fala em fazer o estudo de um “discurso”.

A partir de 2016, há um recrudescimento das perspectivas neoliberais<sup>3</sup> e neoconservadoras<sup>4</sup> sobre corpo, gênero e sexualidade como exemplifica com o PL 1.174/2019, da deputada Janaína Paschoal. Nesse contexto, a figura do homem enquanto docente e cuidador na Educação Infantil é vista como uma ameaça às estruturas conservadoras. Sua atuação rompe com a normatividade da performatividade de gênero presente nos discursos sociais e educacionais, os quais são alicerçados, na lógica excludentes e de (re)produção das desigualdades de gênero, como o homem é o provedor e gestor do lar enquanto à mulher cabe o cuidado, a afetividade e o serviço doméstico. Esse discurso binário se mantém e se reforça nas instituições escolares, perpetuando a desconfiança, o silenciamento e a invisibilidade em torno da docência masculina na primeira infância (Louro, 1997; 2000; Butler, 2003; Miranda, 2011; Moreira, 2025).

Partindo dessa perspectiva, realizamos uma análise dos discursos enunciados na produção científica sobre o tema, com o objetivo de compreender como esse regime de verdades é abordado academicamente. Para isso, no EPEN (Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste) realizamos uma busca nos anais nos últimos quatro encontros (2018, 2020, 2022 e 2024, especificamente nos GT 07 — Educação de crianças de 0 a 6 anos e GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação, evento regional da ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, utilizando os descritores: “professores homens”, “educação infantil” e “docência masculina”. Importa destacar que o recorte temporal foi decorrente do crescimento da convergência perversa entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo na sociedade brasileira.

Dentre os quatro eventos, apenas houve uma produção que se enquadra no nosso objetivo de estudo, ou seja, homens na docência da Educação Infantil. Para ampliar a pesquisa,

---

<sup>3</sup> O conservadorismo aqui é entendido como uma conserva de valores e instituições como monarquias e religião cristã. O neoconservadorismo é a restauração da autoridade da lei, a volta da ordem e do estado mínimo que não comprometa a liberdade individual e a iniciativa privada. (Almeida, 2018)

<sup>4</sup> O liberalismo é uma prática de manutenção da sociedade burguesa colocando em prol a conservação da liberdade em nome de tudo, como a própria dicotomia entre liberalismo e escravidão, citado também por A contra-história do liberalismo e suas contradições no discurso liberal. O neoliberalismo é uma corrente de pensamento econômico, político e social que defende a redução da intervenção do Estado na economia, promovendo maior liberdade para o mercado. Dessa forma, o neoliberalismo é apenas um modo de ver e atuar no mundo que se mostra adequado a qualquer ideologia conservadora e tradicional. O projeto neoliberal é apresentado e vendido como uma política de inovação, de modernização, quando não de ruptura com práticas antigas (Casara, 2018, p.77).

realizamos uma busca na ANPEd Nacional especificamente entre as duas últimas edições (2021 e 2023) e encontramos três trabalhos acadêmicos.

Tal resultado evidencia uma lacuna significativa nos estudos sobre homens na Educação Infantil, reforçando a urgência de pensar a presença masculina na Educação Infantil e sua problematização, seja no campo discursivo, seja no campo institucional.

A partir desse contexto, formulamos a seguinte questão-problema: que sentidos são enunciados são enunciados nas produções acadêmicas do EPEN (2018-2024) e da ANPED (2019-2023) como regimes de verdades sobre homens professores na Educação Infantil e sua profissionalidade?

Levado em consideração o nosso problema de pesquisa, temos como objetivo geral: compreender os sentidos que são enunciados nas produções acadêmicas do EPEN (2018-2024) e da ANPED (2019-2023) como regimes de verdades sobre homens professores na Educação Infantil e sua profissionalidade.

Assim, visando alcançar o nosso objetivo geral, temos os seguintes objetivos específicos: 1) identificar os interdiscursos na produção bibliográfica sobre a profissionalidade de homens professores na Educação Infantil e 2) mapear as posições de sujeito presente nos discursos bibliográficos sobre homens na Educação Infantil.

## **2. REGIMES DE VERDADES E DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES**

Para compreender os regimes de verdades relativos à presença masculina na primeira etapa da Educação Básica, é fundamental analisar os sentidos construídos nos discursos em torno do significado: docentes homens na Educação Infantil. Nesse processo, é preciso compreender como esses discursos se consolidam como regimes de verdade e saberes-poderes que definem o que é considerado “natural” ou o que é “não é natural”.

Foucault (1979) esclarece que a verdade não é algo absoluto, mas sim o resultado das relações de poder que conferem legitimidade a certos saberes enquanto silenciam outros. Essas relações de poder definem como um professor da educação infantil deve se portar, que gênero ele se insere e se o contexto o aceita ou rejeita dependendo da realidade exposta daquela escola/creche, ou seja, há uma performatividade que é categorizada como fundamento ou

essência “natural” do que seria e deveria ser homem ou mulher e quais lugares deveriam ocupar. Assim, o autor expõe que:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 1979, p. 10).

Especificamente na Educação Infantil, o professor homem é visto como algo que ultrapassa essas normas convencionais sobre o seu comportamento esperado de suas profissões. Sua atuação desafia em constância os regimes de verdades que permanecem nesse campo, constituindo-se como uma forma de resistência às relações de poder.

Dessa forma, ao se considerar a normatividade presente nos processos de inteligibilidade social, observa-se que, com o passar do tempo, o professor homem tende a ser transferido para áreas consideradas mais “adequadas” ao seu gênero e à sua atuação profissional. Essas áreas, já legitimadas socialmente, são: gestão, tecnologia ou ensino de ciências exatas. Todos esses espaços carregam, em certa medida, uma marca simbólica da masculinidade. Com esse panorama, é possível afirmar que sua atuação dentro do espaço infantil é como um corpo fora do lugar que passa constantemente sobre vigia e regulação, moldando por meio de regras invisíveis sobre como um professor homem deve agir principalmente em um lugar sancionado performatividade para e de apenas mulheres.

Os regimes de verdade funcionam como dispositivos de normatização que produzem não apenas moldam práticas, mas também produzem sujeitos alinhados às expectativas da ordem vigente. Nesse contexto, a presença do professor homem em um espaço historicamente associado à feminização do cuidado e dos afetividade, é atravessada por discursos que o identificam como figura imprópria, uma exceção posicionam como anomalia, exceção ou mesmo como uma ameaça simbólica à estabilidade de um contexto já movido, performativamente, por normas de gênero.

Ainda que muitas vezes não seja de forma explícita, há nos discursos públicos uma desconfiança generalizada que associa o masculino à violência, ao abuso sexual ou ao perigo de influenciar para a criança ser homossexual se o docente for homossexual, apenas com base em seu gênero e ou na sua sexualidade (Louro, 1997; Butler, 2003; Miranda, 2011; Nogueira; Miranda, 2017; Macedo; Miranda, 2024). Apesar de legalmente permitida, a presença

masculina na Educação Infantil, ela é regulada por expectativas não ditas, que modulam seus gestos, sua afetividade e até mesmo sua aparência. Em síntese, há uma gramática ou uma normatividade em que esses regimes de verdade se materializam na escola por meio de práticas que produzem e controlam subjetividades, mantendo os sujeitos à ordem que rege o contexto em que estão inseridos. Como destaca Veiga-Neto e Saraiva (2011, p. 9):

A nossa época, mais do que em qualquer outro momento na história humana, parece ser cada vez mais regulada pela representação cultural e pelo imaginário, a “espetacularização”, o risco e o controle sociais; e, mais do que qualquer outro espaço institucional, a escola parece ainda ser o *locus* em que tudo isso se combina em poderosos processos de subjetivação. [...]

Com base no que foi apresentado anteriormente, o professor homem não é apenas um indivíduo que está “fora do lugar” que não se encaixa nesse regime. Ele é resultado de práticas discursivas que o posicionam nessa condição, tornando-se um sujeito produzido historicamente e não de forma natural. Ao mesmo tempo em que ele pode ser o contraexemplo, ele também pode ser atuar como resistência à essa performatividade de gênero binária e excludente.

Destacando essa normatividade binária em relação aos gêneros, a televisão se apropria do discurso missionário do professor, e ao perpetuar desse regime de verdade, por meio de regras materializadas em seus enunciados, os sentidos sobre a professora-mãe-doadora (Fischer, 2001) são (re)produzidos por meio de saberes-poderes em que o argumento de uma essência “natural” e ou “biológica” são considerados como verdades absolutas. Nesse sentido, Fischer (2001) expõe, denuncia e questiona as inteligibilidades acerca de uma suposta essência do professor ou professora: “o professor é, antes de tudo alguém que se doa, que ama as crianças, que acredita na sua nobre missão de ensinar remete a diversos entendimentos, alguns deles: e a figura do professor está associada ao amor e ao doar-se; discursos religiosos e pedagógicos”. A Educação Infantil, tornando-se e sendo um espaço feminino, possuem uma carga simbólica que (re)produz sentidos que interpelam o sujeito docente e sua profissionalidade, limitando, consequentemente, a presença do professor homem no contexto escolar.

## 2.1. DIVISÃO GENERIFICADA DO TRABALHO<sup>5</sup>

Historicamente, a divisão generificada do trabalho está inserida em uma rede discursiva marcada por tensões entre forças neoconservadoras e neoliberais e a trajetória de lutas

---

<sup>5</sup> A “divisão generificada do trabalho” é entendida aqui como uma organização social das atividades a partir de construções históricas que produzem e reforçam a desigualdade entre homens e mulheres. (Scott, 1990)

feministas. O movimento sufragista, reconhecido como a primeira onda do feminismo, surgiu no final do século XIX com o propósito de combater a exclusão política das mulheres e assegurar direitos civis básicos, como o direito ao voto. A partir daí, esse movimento expandiu-se, tornando-se o ponto inicial do movimento político, acadêmico e social de forma mais ampla (Louro, 1997). Nesse mesmo período, no Brasil, ocorre o início de uma feminização do magistério, uma vez que a docência é exercida, nesse tempo, majoritariamente por homens religiosos, padres e bispos que detinham essa profissão e ao longo do tempo passou a ser ocupada por mulheres, em específico nas séries iniciais. O processo se intensifica ao longo da segunda metade do século XIX pois há uma vinculação da inserção feminina no mercado de trabalho por meio da indústria também, em específico a têxtil, e a educação que é oferecida às mulheres uma profissão que é socialmente aceita, mais associada ao cuidado com crianças. (Louro, 1997; Ferreira, 1996)

A partir da década de 1960, especialmente com o surgimento da "segunda onda", o feminismo passou a problematizar o conceito de gênero, deslocando o debate da diferença para a construção social das desigualdades. Nesse período, a invisibilidade das mulheres como sujeitos históricos e científicos começou a ser questionada, evidenciando a necessidade de analisar as estruturas que sustentam a exclusão feminina dos espaços de poder. Isso inclui o campo educacional, onde as produções de saberes-poderes buscam limitar e normatizar lugares específicos de uma performatividade de gênero binária e excludente (Scott, 1990; Louro, 1997; Butler, 2003).

Conforme definido por Scott (1990), o conceito de gênero está relacionado à invisibilidade na trajetória histórica da mulher enquanto sujeito social:

[...] o termo "gênero" também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres.

Dessa forma, observa-se que os regimes de verdade que organizam a divisão de tarefas na sociedade não se baseiam em condições naturais ou biológicas, mas historicamente produzida e sustentada por discursos que atribuem ao feminino o papel de cuidado e ao masculino o papel da razão e autoridade. Conforme afirma Hinata (2023, p. 5):

Podemos concluir essa apresentação sumária das desigualdades entre mulheres e homens no trabalho, nos referindo à constatação feita sistematicamente hoje

a partir das pesquisas empíricas em ciências sociais: a posição das mulheres e dos homens na hierarquia social, em termos de repartição do trabalho doméstico, de hierarquia profissional ou de representação política não é a mesma nas sociedades contemporâneas. O paradoxo dessa desigualdade persiste, a despeito do fato de que as mulheres têm níveis de educação superiores aos dos homens em quase todos os níveis de escolaridade e em praticamente todos os países industrializados.

Essa realidade mostra que superar os discursos que (re)produzem as desigualdades de gênero exige não só o acesso à educação, mas uma transformação profunda das estruturas sociais e culturais que naturalizam e perpetuam as hierarquias de gênero, especialmente em espaços estratégicos como a Educação Infantil. Ou seja, é necessário que novas formas de compreensão surjam para existirem outros discursos e sentidos que possam emergir e desestabilizar as verdades engendradas.

## **2.2. PROFISSIONALIDADE DOCENTE MASCULINA**

Primeiramente, para nos debruçarmos sobre a profissionalidade docente, partimos da compreensão do trabalho do professor que através dessa perspectiva carrega em sua posição uma ação com intencionalidade de lidar com um saber específico: o conhecimento para ensinar alguém, fazendo aprender. Quando o mesmo possui experiência em uma etapa da educação, ele desenvolve suas ações a partir de aprendizagens que já foram consolidadas e conservando-as para transitar entre as etapas de ensino e (re)constrói toda uma nova profissionalidade, é uma eterna constância de aprimoramento da sua profissionalidade. Contudo, esse saber fazer ensinando a alguém é carregado pelas relações de gênero vivenciadas por professoras e professores desde a sua formação inicial até a sua prática efetiva. Vale ressaltar que essa condensação de sentidos, isso não é uma relação natural, ou seja, ontológica, constitui-se pelas relações históricas, culturais e econômicas marcadas pelas concepções que conhecemos de homem/mulher (Sousa, 2017)

Dessa forma, é necessário compreender que a formação e a prática pedagógica estão imbricadas politicamente numa tensão entre os discursos sociais que associam o cuidado com a vida humana e com o corpo ao gênero feminino. Em outras palavras, não apenas a profissionalidade da professora mas também do professor homem na educação infantil estão vinculadas à política e ao simbólico como produções de saberes-poderes.

Ressaltamos que a todo momento, o professor homem na Educação Infantil é categorizado como um corpo estranho dentro de um espaço feminilizado de mulheres e para

mulheres. Assim, esse professor homem precisa atravessá-lo diante de um contexto de silenciamento, de invisibilidade das equidades de gênero que tentam ganhar materialidade e ou desabonar sua presença nessa etapa da Educação Básica como no já mencionado PL nº 1174/2019, da deputada Janaína Paschoal, apresentado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Nesse referido PL, há a defesa de que a Educação Infantil só deve caber à professora mulher.

Nesse contexto, os discursos enunciam a tentativa de cercear ou proibir a profissionalidade, no caso, para o gênero masculino, pois, a profissionalidade configura-se como um processo formativo de longa duração, articulado por distintos mecanismos de regulação da prática, os quais conferem reconhecimento às singularidades de cada profissão, assegurando sua legitimidade e a manutenção de seu *status* enquanto campo profissional específico. Segundo Sousa *apud* Cruz (2017, p. 35):

[...] situada no contexto de formulação da categoria trabalho como condição ontológica de constituição do ser social que por meio do trabalho modifica a natureza e a si próprio, tanto como indivíduo singular, mas, principalmente, como gênero humano construtor de uma historicidade que é passível de compreensão em sua trama de relações e de, por essa mesma capacidade, transformação. Assim, a profissionalidade guarda em sua conceituação a possibilidade de ao se desenhar os modos como o trabalho docente é desenvolvido enquanto atividade criadora imaterial – quando não se separa o produto do processo – apontar para especificidades de uma atividade laboral diferenciada das demais atividades educativas que não têm uma ação intencional sistematizada, tal como o ensino foi se configurando no contexto da sociedade capitalista. Tais especificidades manifestam-se por indicar como um exercício dito profissional constitui-se de contradições, ambivalências que expressam um movimento de lutas políticas, econômicas, sociais e culturais.

Partindo da compreensão da profissionalidade que é atravessada por marcadores sociais como, notadamente os de gênero, ela sofre com o enfraquecimento da autonomia profissional e do reconhecimento social, resultando em uma proletarização simbólica da prática docente. A esse saber-poder constituindo a (re)produção da precarização profissional, soma-se as diferenças de gênero e exercício profissional na Educação Infantil (Louro, 1997; Roldão, 2005; Miranda, 2011).

Vale ressaltar, como afirma Roldão (2005, p. 25), que “a profissão docente parece estar na fronteira entre as profissões sociais e as técnicas-humanistas, sem uma imagem pública suficientemente clara que reforce a especificidade do seu saber”. Nesse sentido, essa perspectiva implica diretamente na Educação Infantil e nos desafios que os homens docentes enfrentam profissionalmente tentando justificar suas presenças dentro do espaço feminilizado de mulheres e para mulheres.

Assim, a construção da profissionalidade docente, especialmente para o homem que atua com crianças pequenas, revela-se como um campo tensionado por disputas simbólicas e pela urgência de afirmação social da docência como prática especializada e reconhecida. Isto é, nesse contexto, há uma ordem do discurso que produz verdades que vêm sendo problematizadas, ressignificadas, traduzidas e ou (re)produzidas com as poucas presenças das masculinas e ou das produções acadêmicas de professores homens que atuam nessa etapa da Educação Básica.

Por fim, a profissionalidade docente é múltipla e dinâmica que excede a perspectiva de uma formação e prática pedagógica. Ela é como um campo de tensões contínuas, de disputas de sentidos profundamente influenciada pelos discursos sociais que historicamente associam o cuidado infantil ao feminino. Na Educação Profissional, como aponta Cruz (2018), a identidade docente enfrenta ambiguidades entre a lógica do capital e a busca pelo reconhecimento intelectual e cultural. A formação técnica inicial, muitas vezes desvinculada do saber pedagógico, somada a programas emergenciais, fragiliza a construção de uma profissionalidade específica que possibilite um aprendizado com a diferença e uma equidade de gênero no cuidado com as crianças na Educação Infantil (Louro, 1997; Miranda, 2011; Souza, 2021; Santos; Haddad, 2022; Moreira, 2025). Nesse cenário, os discursos que afirmam o ensino como prática especializada e equânime é ainda mais urgente pela possibilidade de problematizar os saberes-poderes que naturalizam apenas um único gênero em espaços educacionais hegemonicamente como feminilizados.

### **3. METODOLOGIA**

A presente pesquisa parte da problematização dos regimes de verdades que cercam a produção acadêmica sobre a docência masculina na Educação Infantil. Sendo assim, uma pesquisa bibliográfica (Marconi; Lakatos, 2003) sob uma abordagem pós-qualitativa (Pierre, 2018) por meio da análise do discurso de inspiração foucaultiana (Fischer 2001; Orlandi, 2003; Foucault 2007, 2008) contribui para problematizar e desestabilizar a regimes de verdades que se apoiam em um argumento ontológico que que naturaliza as desigualdades de gênero.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica é realizada a partir dos materiais já publicados, sendo essencial para a formulação de problemas, referenciais teóricos e análise de tendências discursivas em determinada área do saber, permitindo acessar uma ampla gama de textos e discursos que estão legitimados e revelam um mapeamento histórico das posições desses sujeitos e enunciados que acabam sendo recorrentes sobre a docência masculina na Educação Infantil.

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações.

Ressaltamos ainda que a pesquisa está situada no campo pós-qualitativo (Pierre, 2018), que excede a estrutura convencional em que separa teoria, método e análise. Nessa perspectiva, nossa pesquisa é uma prática que se constrói com o pensamento em movimento, em que os conceitos funcionam como operadores metodológicos e não como simples categorias explicativas. Compreendemos que o foco não é representar ou descrever uma realidade, mas analisar os efeitos de verdade produzidos pelos discursos acadêmicos sobre os homens na docência infantil.

As produções acadêmicas foram extraídas dos anais do Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste (EPEN) que é vinculado à ANPED e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Usamos como descritores: “professores homens”, “educação infantil” e por fim “docência masculina”. Assim, consultamos as edições mais recentes de ambos os eventos nas respectivas datas: EPEN (2018, 2020, 2022 e 2024); ANPEd (2021 e 2023). Optamos pelas produções mais recentes diante do crescimento da convergência neoliberal e neoconservadora em nosso país. Nesse contexto, consultamos as produções vinculadas aos GT’s 07 — Educação de Crianças de 0 a 6 anos e GT 23 — Gênero, Sexualidade e Educação. No entanto, encontramos uma lacuna significativa de trabalhos sobre a referida temática, pois após nossa busca em ambos os GT’s, identificamos apenas três resumos expandidos nas reuniões da ANPEd e apenas um resumo expandido nas reuniões do EPEN<sup>6</sup>. Dessa maneira, após o levantamento das produções acadêmicas, temos a seguinte distribuição:

Quadro 1 — Apresentação das produções acadêmicas

| Título | Autores | Ano | Evento |
|--------|---------|-----|--------|
|--------|---------|-----|--------|

<sup>6</sup> Os trabalhos aqui selecionados consistem em resumos expandidos, tendo em vista a escassez de produções acadêmicas completas sobre o tema. Diante da impossibilidade de localizar textos integrais nos GT’s, optou-se pela utilização de resumos expandidos como principal fonte de análise

|                                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                             |      |       |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-------|
| Professores homens na Educação Infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental: perspectivas atuais | Noelia Rodrigues dos Santos (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)<br>Lenira Haddad (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)                                                                                                              | 2022 | EPEN  |
| Usos e abusos do conceito de gênero em publicações sobre professores homens na educação infantil       | Sandro Vinicius Sales dos Santos – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhô e Mucuri<br>Márcia Buss Simão - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina<br>Joaquim Ramos - UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais                 | 2021 | ANPEd |
| Homens na educação infantil: que perigo é esse?                                                        | Rayffi Gumercindo Pereira de Souza – Universidade Federal de Campina Grande                                                                                                                                                                 | 2021 | ANPEd |
| Homens na educação infantil: desafios e possibilidades de relação com a comunidade educativa           | Antônio Marcos de Sousa Barbosa Miranda - UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais<br>Isabel de Oliveira E Silva - UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais<br>Sandro Vinicius Sales dos Santos - FAE - Faculdade de Educação da UFMG | 2023 | ANPEd |

Diante da quantidade reduzida de textos em formato de resumo expandido, optamos por uma análise comprometida com os princípios da Análise de Discurso (AD) de inspiração foucaultiana (Fischer, 2001; Orlandi, 2003; Foucault, 2008; 2014). A AD compreende o discurso como prática que constrói regimes de verdade e subjetivação constantemente. Assim, os textos, como representações materiais discursivas, são atravessados por relações de poder e saber que constituem ditos e não-ditos sobre a docência masculina no contexto da Educação Infantil.

Levando em consideração aos nossos objetivos específicos. a) identificar os interdiscursos presentes na produção bibliográfica sobre a profissionalidade de homens professores na Educação Infantil e b) mapear as posições de sujeito presente nos discursos

bibliográficos sobre homens na Educação Infantil, enfatizamos os saberes que vão atravessar essas produções, seus efeitos de sentido mobilizados e os lugares de enunciação ocupados ou atribuídos aos sujeitos docentes (Orlandi, 2003).

A análise dos saberes poderes das produções acadêmicas nas reuniões da ANPed e do EPEN será a partir da articulação entre o dito e o não dito, compreendendo todo o enunciado, não apenas que foi explicitado, mas também o que foi silenciado e que o impede de ser formulado, porém que contribui na condensação de sentidos (Orlandi, 2003). O dito e o não dito se constituem da mesma estrutura discursiva, o que é dito também se constitui pelo o que é silenciado, mas compreendendo que o não dito não significa ausência, mas sim uma parte ativa do sentido porque revela também os limites do que foi dito nas produções acadêmicas analisadas (Orlandi, 2003).

Além do dito e não dito, nossa análise também será orientada pelas relações entre discursos (Orlandi, 2003), atentando para os modos como os textos se constituem em relação aos outros discursos, seja pela repetição, reformulação, contestação, apagamento ou deslocamento. O discurso sempre se relaciona com outros dizeres que se atravessam, contradizem-se e se antecedem em processos de assujeitamento do indivíduo e suas posições de sujeitos, ou seja, sobre as distintas regimes de verdades que são veiculados nas referidas produções acadêmicas no campo da educação. Assim, podemos compreender como esses discursos sobre a docência masculina na Educação Infantil se organiza nesses regimes de verdades, legitimando posições de sujeitos, naturalizando certas formas de profissionalidade a partir da bibliografia produzida.

#### **4. REGIMES DE VERDADE E POSICIONAMENTOS DISCURSIVOS SOBRE A DOCÊNCIA MASCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

- *Regimes de verdade 1: interdiscursos sobre homens professores na Educação Infantil*

Em perspectiva ao nosso primeiro objetivo específico, *identificar os interdiscursos presentes na produção bibliográfica sobre a profissionalidade de homens professores na Educação Infantil*, compreendemos que há interdiscursos via uma gramática essencialista e “natural” que produz sentidos em que o cuidado de crianças é associado ao gênero feminino como uma verdade biológica. Essa inteligibilidade atravessa o campo da Educação Infantil e

da docência tanto feminina como masculina reforçando o que é permitido e o que não é, nessa etapa da Educação Básica.

Nesse caminho, alguns discursos não consideram o longo processo formativo do professor homem, tanto como das professoras mulheres, anulando sua profissionalização e profissionalidade.

Entretanto, esses regimes de verdade também são constituídos por outros discursos que resistem a essa ordem do discurso essencialista e “natural” que tensionam, problematizam e explicitam a docência masculina na Educação Infantil. Assim, os textos publicados entre os anos de 2021 e 2023 ainda revelam um cenário pós-pandêmico de maior circulação de pautas sobre diversidade e equidade, e que a docência masculina, na Educação Infantil, ainda é enunciada como algo a ser explicado, justificado ou vigiado. Esses sentidos materializam as relações de poder na inteligibilidade de que gênero “pode” ou “deve” ministrar aulas na Educação Infantil (Louro, 2000; Foucault, 2008; Macedo, Miranda, 2024).

Iniciamos com o texto de Rayffi Souza (2021), intitulado: “Homens na Educação Infantil: que perigo é esse?”, veiculado na ANPED, que ao debater sobre a presença do homem na educação infantil revela a própria Lei 620/2019, colocando-a em evidência, o autor se posiciona frente a problematização do projeto de Lei e o peso do seu discurso:

[...] de grupos reacionários ultraconservadores, ferem tanto os direitos de grupos minoritários, quanto das crianças e suas famílias, bem como de professores/as (Souza, 2021, p. 1).

A partir desses discursos, podemos compreender uma rede interdiscursiva que constrói seu discurso na interação via respostas aos discursos enunciados pelos “grupos reacionários ultraconservadores” e de sua produção de verdade, em que são as mulheres “naturalmente” aptas para ensinar a crianças. Estes ultraconservadores são grupos que têm discursos políticos consolidados a oposição das pautas de gênero, sexualidade e diversidade nas instituições escolares, particularmente vinculados também aos projetos movimentados pela Escola Sem Partido e a própria moral cristã e a retórica da “ideologia de gênero”.

O discurso de Souza (2021), como resistência aos regimes de verdades via gramática neoconservadora, ao abordar os “direitos desses grupos minoritários” se articula com os discursos jurídicos e sociopolíticos ligados ao multiculturalismo e a própria inclusão social desses movimentos. Além desse ponto de articulação com outros discursos dos direitos jurídicos, também problematiza que os discursos ultraconservadores ferem os direitos das “crianças e suas famílias” ao defender, isto é, ao produzir uma verdade relativa ao direito à

educação plural, democrática e laica. Por fim, Souza (2021), ao se referir aos professores, produz sentidos que explicitam como esses discursos ultraconservadores prejudicam e limitam a autonomia pedagógica e a valorização da profissionalidade docente (Louro, 1997; Roldão, 2005; Miranda, 2011; Bello; Zanette; Felipe, 2020; Moreira, 2025).

Nesse contexto, podemos perceber como o PL 1174, de 2019 se apoia em diversas formações discursivas sejam estas, políticas, religiosas, educacionais e jurídicas por meio de sentidos via racionalidade fundamentalista e natural. Dessa forma, podemos pensar o próprio PL 620/2019, segundo o discurso de Souza (2021), como um dispositivo que condiciona sentidos em regimes de verdade que aciona um pânico moral em torno da atuação dos homens na Educação Infantil, reativando as antigas divisões de gênero do trabalho, tentando (re)produzir as desigualdades de gênero e a desconfiança eminente quanto ao cuidado masculino com a criança pequena no processo educacional (Fischer, 2001; Veiga-Neto, 2011; Foucault, 2014):

Claramente inconstitucional, tal projeto de lei discrimina os docentes por sexo ou gênero. Ao tentar controlar práticas docentes voltadas a atividades pedagógicas de cuidado, aciona o pânico moral, compreendido como uma reação exacerbada que funciona como mecanismo de controle e reprodução social (GUIDDENS; SUTTON, 2017, p. 295), neste caso, controle de homens que tocam os corpos de crianças e assim transgridem a antiga divisão sexual do trabalho (Souza, 2021, p. 3).

Da mesma forma encontramos no segundo texto de Antônio Miranda, Isabel Silva, Sandro Santos (2023), intitulado: “Homens na educação infantil: desafios e possibilidade de relação com a comunidade educativa”, veiculado na ANPED, que produz discursos em que problematiza a presença do homem na Educação Infantil, em Belo Horizonte. No discurso dos autores, é revelado marcas da divisão do trabalho por gênero. Nessa pesquisa, o interdiscurso é marcado pela desconfiança e o estranhamento entre os docentes, colegas, gestão escolar e as famílias ao terem contato com professores homens na Educação Infantil. Foi enunciado pelos autores que a profissionalidade do professor homem na Educação Infantil perde espaço para a questão do gênero docente e de verdades que (re)produzem uma gramática neoconservadora por meio de regimes de verdade essencialistas e biológicos.

Os autores problematizam as desconfianças em relação aos referidos professores homens na condensação de sentidos sublinhando do pânico moral, pois homens não sabem cuidar de crianças e não podem ter contato com as crianças da Educação Infantil (Louro, 1997; Butler, 2003; Miranda; Silva; Santos, 2023). Contudo, há uma quebra de estranheza quando referenciamos a sua profissionalidade para as crianças, a qual:

Quando questionados sobre possíveis estranhamentos das crianças em relação à sua presença na EI, a grande maioria (86%) afirmou não ter percebido nenhum tipo de estranhamento por parte delas. Apenas 2 professores relataram ter notado que elas demonstraram uma forma de admiração e curiosidade em relação à presença do professor na escola (Miranda; Silva; Santos, 2023, p. 4).

Esse argumento também é mencionado nos discursos do texto Noelia Santos e Lenira Haddad (2022), intitulado: “Professores homens na Educação Infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental: perspectivas atuais”, veiculado no EPEN. Esse texto produziu um discurso a partir de uma análise bibliográfica. Os enunciados indicam que houve um crescimento dessas produções acadêmicas nos últimos anos, mesmo com tensões, resistências e esforços de uma gramática de convergência perversa entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo. Segundo as autoras, os discursos dessas produções acadêmicas condensam verdades visando legitimar que a docência masculina na Educação Infantil também pode ser um espaço profissional para homens no cuidado e ensino com crianças nessa etapa da Educação Básica (Santos; Haddad, 2022).

Nesse caminho, destacamos que está havendo a produção de discursos desestabilizando, problematizando e desconstruindo os regimes de verdades que produzem saberes-poderes em que a Educação Infantil caberia apenas às mulheres. Assim, outras verdades estão sendo enunciadas expandindo as possibilidades do cuidado e do ensino como prática pedagógica com o gênero masculino.

● *Regimes de verdade 2: posições de sujeito de docentes homens na Educação Infantil*

Tendo como referência nosso segundo objetivo específico dessa pesquisa: *mapear as posições de sujeito presentes nos discursos bibliográficos sobre homens na educação infantil*, podemos nos debruçar sobre os discursos enunciados sobre os textos, *corpus* de análise. Nesse caminho, percebeu-se, nos enunciados dos referidos estudos, como esses sujeitos são interpelados pelos discursos que os colocam em lugares de tensão, vigilância, resistência e (re)significação.

Um desses discursos que enuncia essa interpelação é Souza (2021). Nesse texto, uma das posições de sujeito mais recorrente nos discursos sociais e institucionais expõe que: o homem enquanto professor é visto como ameaça. O próprio PL nº 1174, de 2019 enuncia regimes de verdade em que cercear o gênero masculino como professor na Educação Infantil (EI) por meio do pânico moral e (re)produzindo o cuidado infantil exclusivamente ao gênero

feminino da professora separando o cuidado a masculinidade. Diante desse cenário, podemos entender que, a partir dos discursos engendrados, o homem professor foi interpelado como “sujeito perigoso” que necessita ser controlado, isolado e ou proibido do seu exercício docente com crianças na EI.

Esse regime de verdade é materializado para outros cenários como, em Belo Horizonte, nas Escolas Municipais de Educação Infantil. Assim, Miranda, Silva e Santos (2023) anunciam que em seus discursos que ao abordar sobre o homem professor em relação às “funções de cuidado e higiene”, é notório que ele é posicionado de fora desse campo de atuação. É como se o seu gênero não pudesse circular nos mesmos espaços que o gênero feminino, tanto na visão das professoras como dos professores. Os autores enunciam esse sentido no discurso explicitado a seguir: sua pesquisa por meio do discurso de um dos seus entrevistados, Silvio:

Silvio sentiu receio em relação aos cuidados pessoais e de higiene das crianças, pedindo à diretora para evitar dar banho e ficar sozinho com elas no banheiro [...] (Miranda; Silva; Santos, 2023, p. 3).

No caso do discurso dos autores sobre a vivência de Silvio, houve ainda um movimento de autorregulação: ele mesmo expressa o desejo de não participar do processo de cuidado íntimo, revelando o posicionamento de um sujeito que age preventivamente para se proteger de julgamentos. Assim como também, os autores explicitam que Silvio está construindo seu discurso a partir de outras posições que o sujeito homem é categorizado na sociedade mesmo sendo professor. Isto é, trata-se de alguém que reconhece que está fora do lugar, mesmo no exercício de sua profissionalidade, passando por um processo de autocensura e receio.

Dessa forma, o discurso enunciado no estudo de Santos e Haddad (2022), também condensa uma posição de homem professor sob situações específicas, pois o sujeito é interpelado, e nessa interpelação, ele é interditado da função de cuidado, posicionado como o outro, o não autorizado, o fora do lugar, como se fosse um invasor de um território majoritariamente feminino.

Esses professores estão no exercício de sua profissão, vivenciando as mais diversas situações no contexto escolar, estando em interação com diferentes atores. Ser do sexo masculino pode trazer implicações para seu fazer pedagógico e para as relações que estabelece, o que torna importante a escuta de suas experiências (Santos; Haddad, 2022, p. 4).

Outra posição de sujeito diz respeito às professoras na Educação Infantil que ocupam este espaço. Neste lugar, o sujeito legitimado, ou seja, as mulheres professoras, são ficcionalmente naturalizadas com o cuidado feminino.

Nessa direção, a mesma pesquisa enunciam outros, discursos em os regimes de verdade foram pela não aceitação do homem professor na Educação Infantil:

[...] O Professor Rômulo [...] relatou ter recebido comentários sexistas de seus colegas, enquanto Carlos disse que as colegas não confiavam em seu trabalho. Fabrício teve que lidar com ciúmes das colegas em relação ao seu relacionamento com a direção da escola [...]. Gilson, por sua vez, relatou que as colegas consideravam que a sala de aula não era “o seu lugar”, considerando sua qualificação como mestre em educação, e que elas tentavam “poupá-lo” das tarefas de cuidados com as crianças (Miranda, Silva; Santos, 2023, p. 3).

A criança também ocupa uma posição discursiva, mesmo sendo historicamente constituída como corpo vulnerável e que demanda proteção e cuidado. No entanto, os discursos no texto enunciam que embora se espere possíveis estranhamentos das crianças em relação à presença masculina na Educação Infantil, em sua maioria, elas não demonstraram esse estranhamento. Pelo contrário, os discursos explicitam que houve admiração e curiosidade diante da figura masculina, ainda incomum na educação das crianças pequenas (Miranda; Silva; Santos, 2023, p. 4).

Esse movimento discursivo desloca a ideia de que o estranhamento está, na verdade, nas construções sociais, isto é, nos saberes-poderes que determinam quais gêneros podem ou não ocupar certos espaços. Por meio de seus gestos, falas e afeições, as crianças inscrevem-se no discurso como sujeitos participantes e ativos capazes de tensionar as normatividades de gênero neoconservadora em que (re)produz a docência na Educação infantil como sendo de mulheres e para mulheres (Louro, 1997; Miranda, 2011; Bello; Zanette; Felipe, 2020; Moreira, 2025).

Outra posição de sujeito identificado nos discursos da pesquisa de Miranda, Silva, Santos, (2023) diz respeito à vigilância e suspeição por parte dos pais das crianças sobre os homens professores. Nesse caminho, os autores enunciam que seus entrevistados explicitam que houve desconfiança sobre sua atuação profissional. Porém explicitando esses regimes de verdades, os autores enunciam que esses homens professores também se sentiram acolhidos:

Apesar de um estranhamento inicial, a maioria dos professores sentiu-se acolhido pelas famílias das crianças. João, Rômulo e Osvaldo destacaram a importância do profissionalismo na conquista dessa aceitação. Embora a maioria dos professores tivesse uma boa relação com as famílias, Artur, Carlos, Tadeu e Gilson mencionaram casos de desconfiança. Gilson relatou um caso em que uma mãe trocou a criança de turno para não tê-lo como professor. Carlos relatou que ouviu uma mãe chamá-lo de

abusador e Tadeu ouviu de algumas mães que achavam errado homem trabalhar com criança (Miranda; Silva; Santos, 2023, p. 4).

Esses discursos materializam as tensões diante dos saberes-poderes que condensam sentidos de verdade por meio da desconfiança com a possível ou imaginária “ameaça” ao ambiente escolar, especialmente no cuidado corporal das crianças. Embora alguns homens professores consigam desestabilizar e desconstruir esses sentidos ao garantir a aceitação através da sua profissionalidade, o reconhecimento de sua legitimidade está constantemente tendo de ser comprovado via sua competência e idoneidade.

É um sujeito que, no contexto de vigilância, é obrigado a uma autodefesa discursiva frente a essas suspeitas. Além disso, quando são acusados de desconfiança de forma verbal como ocorreu, revela regimes de verdade associados ao cuidado infantil legitimando o exercício profissional docente pelo gênero feminino. Sendo assim, o gênero masculino foi ou é categorizado como alguém inadequado e fora do lugar como anteriormente citado, sendo reforçados por dispositivos de poder-saber que circulam socialmente, na mídia, no discurso jurídico, nas políticas educacionais de currículo e formação docente, no cotidiano da escola, e no senso comum neoconservador, inserindo sua profissionalidade sob prova pela marca de gênero que a atravessa (Louro, 1997; Miranda, 2011; Sousa, 2017).

Por fim, dando continuidade ao último texto, de Sandro Santos, Márcia Simão e Joaquim Ramos, (2021), na ANPED, intitulado: “Usos e abusos do conceito de gênero em publicações sobre professores homens na Educação Infantil”. Os discursos nessa produção visam problematizar os modos como o conceito de gênero é mobilizado para as pesquisas científicas em relação aos professores homens. Os discursos apontaram que havia falta de rigor intelectual ou que havia apropriação superficial dos conceitos fundantes sobre a normatividade de gênero. Nesse caminho, os autores produzem um discurso em que apontam que a compreensão ficou guiada por uma gramática que reproduz naturalizações sobre os sujeitos e suas identidades de gênero, no caso específico, a masculinidade na docência da Educação Infantil.

[...] em alguns textos o termo “gênero” é apresentado, mas não necessariamente conceituado. Parece-nos que na perspectiva dos/das autores/as, o conceito de gênero é universalmente conhecido e, portanto, não necessita conceituação. Em alguns textos, gênero é utilizado como “sinônimo de sexo, ou reduz gênero a sexo, eliminando a distinção fundamental feita pela teorização feminista” (CARVALHO e RABAY, 2015, p. 122), como podemos observar no seguinte 5/7 trecho: “Segundo o Censo Escolar de 2017, 96,6% dos docentes da Educação Infantil de todo o país são do gênero feminino [...]” (Santos; Simão; Ramos, 2021, p. 5).

Quando os autores afirmam que o conceito de gênero é tratado como universalmente conhecido ou mesmo confundido com o sexo biológico, evidencia-se a permanência de uma lógica essencialista atravessada pelos próprios discursos acadêmicos. Nessa perspectiva, é possível compreender, esses enunciados não são neutros, mas operam na produção e na manutenção de regimes de verdade sobre o que se entende por gênero. Trata-se de uma lógica reducionista, que fixa e biologiza as identidades, comprometendo a construção de sentidos mais amplos e plurais sobre a docência masculina. A ausência de definições claras do termo gênero acarreta o empobrecimento das análises e fragiliza pesquisas futuras que venham a tomar esse conceito como lente teórica nos estudos sobre professores homens na Educação

Infantil.

A ausência das definições do termo gênero nos artigos analisados acarreta equívocos de diferentes ordens. Associa-se a isso, a falta de sustentação teórica de alguns conceitos decorrentes das análises que tomam o gênero como lente teórica nos estudos sobre professores homens nas ações de cuidados e educação – fatores que impedem o avanço da produção acadêmica. (Santos; Simão; Ramos, 2021, p.6)

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, levando em consideração o objetivo geral: compreender os discursos que atravessam a profissionalidade de homens professores na Educação Infantil a partir de uma análise bibliográfica, a pesquisa evidenciou que há uma complexidade envolvendo a presença masculina nesse campo historicamente associado ao gênero feminino como cuidador e docente na Educação Infantil. Analisando os discursos nos textos produzidos entre 2021 e 2023, foi possível identificar diversos discursos e posições de sujeito que tensionam, vigiam e, por vezes, ressignificam o lugar social e a profissionalidade do homem professor nesse espaço educacional.

Nos caminhos trilhados, nota-se a docência masculina na Educação Infantil atravessada por esses dispositivos de controle, muitas vezes reforçados pelo pânico moral. Este é acionado e os regimes de verdade sustentados por valores religiosos, políticos e culturais. Esses sentidos condensados constituem saberes-poderes neoliberais e neoconservadores, que buscam reavivar a divisão do trabalho por gênero, limitar a atuação do homem caracterizando-o como um sujeito perigoso sob custódia moral, colocando-o em vigilância em relação às suas práticas pedagógicas voltadas ao cuidado e ensino com crianças na Educação Infantil.

Nessa perspectiva, os posicionamentos dos sujeitos que são marcados pela desconfiança e pela necessidade de comprovação da sua integridade ficam perpassados por essas relações de

poder. Porém, também houve discursos que ressignificam e desestabilizam esses regimes de verdades por meio da escuta das crianças e da valorização de sua profissionalidade docente.

Dessa forma, é necessário reconhecer essas marcas discursivas que circulam no cotidiano escolar, entre a comunidade escolar, as professoras e os professores, nas políticas educacionais de currículo e formação docente e seus deslocamentos afirmando que o cuidado e o ensino de crianças na Educação Infantil não é uma essência do feminino, mas uma prática que deve ser compartilhada entre todos que exercem a sua profissionalidade docente, independentemente do corpo, gênero e da sexualidade de quem esteja nesse exercício profissional docente.

## REFERÊNCIAS

BELLO, Aline; ZANETTE, Roseli; FELIPE, Vanessa. **O homem professor na educação infantil e na produção da sua profissionalidade**. Revista Espaço do Currículo, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 1–17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/50653>. Acesso em: 17 jul. 2025.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CASARA, Rubens. **Precisamos falar da “direita jurídica”**. In GALLEGO, Esther S. (Org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil** São Paulo: Boitempo, 2018.

CRUZ, Shirleide P. da S. **Professor Polivalente: Profissionalidade docente em análise**. 1ª edição, Curitiba: Appris editora, 2017.

ESTADO DE SÃO PAULO (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo). Projeto de Lei n.º 1174, de 16 de outubro de 2019. Confere a profissionais do sexo feminino exclusividade nos cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil e traz outras providências. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000292074>. Acesso em: [data do seu acesso].

FISCHER, Rosa M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de pesquisa**, n. 114, p. 197-223, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 9. ed. São Paulo: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GALLEGO, Esther S. (Org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil** São Paulo: Boitempo, 2018.

HIRATA, Helena. **Gênero, patriarcado, trabalho e classe**. Revista Trabalho Necessário, v. 16, n. 29, p. 14-27, 13 jun. 2018.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MACEDO, Perycles E. G. de; MIRANDA, Marcelo H. G. de. Masculinidades: a universal, a relacional e a plural. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 10, n. 04, p. 182-209, 2024.

MIRANDA, Marcelo H. G. de. **Magistério masculino (re)despertar tardio da docência**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

MIRANDA, Antonio M. de S. B.; SILVA, Isabel de O. e; SANTOS, Sandro V. S. dos. Homens na educação infantil: desafios e possibilidades de relação com a comunidade educativa. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 41., 2023, Manaus. Anais [do] 41ª Reunião Nacional da ANPEd. Manaus: ANPEd, 2023.

MOREIRA, Adam G. de A. **Magistério masculino: obstáculos e estratégias de docentes homens na Educação Infantil**. TCC (Graduação) – Curso de Pedagogia Licenciatura, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2025.

NOGUEIRA, Christina G. D. M.; MIRANDA, Marcelo H. G. D. A (re) produção das masculinidades hegemônicas. **Revista Interterritórios**, v. 3, n. 5, p. 1-21, 2017.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2003.

SANTOS, Cristina S. dos. FERRAZ, Roselane D. Relações de gênero: uma reflexão necessária no ambiente escolar. **Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste**. 2014, p.1-14.

SANTOS, Noelia R. dos; HADDAD, Lenira. **Professores homens na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental: perspectivas atuais**. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE, 26., 2022, São Luís. Anais [do] XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd Nordeste. São Luís: ANPEd Nordeste, 2022.

SANTOS, Sandro V. S. dos; SIMÃO, Márcia B.; RAMOS, Joaquim. **Usos e abusos do conceito de gênero em publicações sobre professores homens na educação infantil**. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 40., 2021, Belém. Anais [do] 40ª Reunião Nacional da ANPEd. Belém: ANPEd, 2021.

SCOTT, Joan W.; LOURO, Guacira L.; SILVA, Tomaz T. da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.

SILVA, Gisleine C.; MIRANDAR, Maria de J. C. **A construção da identidade dos professores de bebês como instrumento de profissionalidade docente na educação infantil: uma revisão.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 572–589, abr. 2021. DOI: 10.51891/rease.v7i4.988.

VEIGA-NETO, Alfredo; SARAIVA, Karla . "Educar como arte de governar." **Currículo sem fronteiras** 11.1, 2011

SOUZA, Felipe S.. **A construção da identidade dos professores de bebês na educação infantil: o entrelaçar de saberes e fazeres docentes.** 2017. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2017.

SOUZA, Rayffi G. P. de. **Homens na Educação Infantil: que perigo é esse?** In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 40., 2021, Belém. Anais [do] 40ª Reunião Nacional da ANPEd. Belém: ANPEd, 2021.

ROLDÃO, Maria C. **Profissionalidade docente em análise - especificidades dos ensinos superior e não superior. Nuances: estudos sobre educação.** São Paulo, Ano XI, v. 12, n.13, jan/dez, 2005. 105-106p.

JEFFERSON WILLIAM LIMA SOARES

**DOCÊNCIA MASCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:** um levantamento dos  
saberes poderes nas produções sobre a profissionalidade docente

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Pedagogia do Campus  
Agreste da Universidade Federal de Pernambuco –  
UFPE, na modalidade de artigo científico, como  
requisito parcial para a obtenção do grau de  
licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: 13/08/2025

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Doutorando Luiz Felipe de Oliveira Silva (Examinador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Doutorando Victor Hugo Barbosa da Silva Oliveira (Examinador)  
Universidade Federal de Pernambuco